



A CONFECÇÃO DE BONECAS NEGRAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS: HISTÓRIA, LUTA E TRANSVERSALIDADE DE POVOS REMANESCENTES QUILOMBOLAS

The confection of black dolls in teacher education/history, fight and the remaining
quilombolas people transversality

Adriana da Silva Ferreira

Berenice VahlVaniel

Graziela Rinaldi da Rosa

Resumo

O trabalho artesanal na/com docência tem sido adaptado nas metodologias de pesquisa-ação e história oral e contribuído para diferentes maneiras de pensar o artesanato na formação de professores/as. O artesanato geralmente é realizado por mulheres e contribui no fortalecimento da identidade, como fonte de renda e valorização dos saberes populares. Foi adotada a metodologia de oficinas com o objetivo de confeccionar bonecas negras, sendo aicineira uma estudante quilombola. Buscou-se empoderar estudantes, mulheres negras e quilombolas através da confecção dessas bonecas, que simbolizam a identidade negra. Tal prática teve uma repercussão na vida de mulheres e professores/as em formação. Foi possível aprender que a confecção de bonecas negras, embasada por teorias que visam valorizar os povos tradicionais, e aqui especialmente os quilombolas, em diálogo com a educação popular, vai além de uma técnica arte, trata de um (re)olhar para si e para as questões étnico-sociais.

Palavras-chave: Mulheres negras. Identidade negra. Diversidade na Educação.

Abstract

The craft work on/with teaching has been adapted in action research methodologies, it has contributed to different ways of thinking the craft work on teacher education. The craft work is usually made by women and contributes in strengthening the identity as a source of income and appreciation of popular knowledge. It was adopted the workshop methodology in order to make black dolls, with a quilombola student as mediator. It was searched to empower students, quilombolas and black women through the making of these dolls that symbolize the black identity. This practice impacted the lives of women and teachers in formation. It was possible to learn that the confection of black dolls, based on theories that

aim to value the traditional people, and here especially the quilombolas, in dialogue with popular education, goes beyond a art technique, it is a (re)look for themselves and the ethnic and social issues.

Keywords: Black women. Black identity. Diversity in Education.

Considerações Iniciais

Este artigo é resultado da reflexão sobre a “Oficina Bonecas Negras: Resgatando a cultura do artesanato e construindo a identidade do/a negro” realizada pela autora, acadêmica quilombola, matriculada no quarto semestre do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ênfase em Ciências da Natureza e Ciências Agrárias da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Campus São Lourenço do Sul - RS. A referida oficina compôs as atividades de um projeto de extensão, intitulado "Resistência, Negritudes e Quilombolas: Ouvindo os ecos dos Quilombos do Município de São Lourenço do Sul"¹. Teve como objetivos contribuir com o resgate da cultura do artesanato do/a Negro/a, debater sobre a potencialidade do brincar com bonecas negras e refletir sobre a construção da identidade do/a Negro/a através da confecção de bonecas negras artesanais, problematizar questões relacionadas ao preconceito e ao racismo, bem como pensar/redescobrir/reafirmar a identidade negra.

Acreditamos que o exercício do artesanato de bonecas negras e a reflexão sobre ele contribui na constituição da identidade negra pelo fato de reviver e rememorar a cultura negra em suas raízes, o rememorar, por sua vez, contribui para o fortalecimento dos vínculos históricos, o qual é uma estratégia fundamental para efetivar o empoderamento das mulheres negras.

Maria Elisabeth Kleba e Agueda Wendausen² afirmam que o processo de empoderamento é dinâmico, e sua produção envolve diferentes aspectos, dentre eles, o cognitivo e o afetivo. Os autores dizem também que o objeto deste processo é aumentar o poder da autonomia pessoal e coletiva. Este aumento de poder nas relações visa a construir

¹ Esse projeto foi realizado no curso Licenciatura em Educação do Campo (Universidade Federal do Rio Grande-FURG), no ano de 2014, coordenado pela profª Graziela Rinaldi da Rosa.

² KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. In: *Saúde & Sociedade*. São Paulo, vol. 18, no. 4, p. 733-743, 2009.

instrumentos, principalmente para aqueles “submetidos à relações de opressão, discriminação e dominação social³.”

E o empoderamento se constitui ao entender que a ação docente está presente e articulada à artesanaria, a partir do momento em que se pensa questões como: de que forma e quais as causas que provocam o “não olhar” para as questões étnicos raciais e o enfraquecimento da identidade negra.

Sobre os Quilombolas do Município de São Lourenço do Sul

Invisíveis, isoladas, com as pessoas trabalhando como empregadas ou sob a forma de meeiro (parceria em que a metade da produção vai para o dono da terra) para os fazendeiros ou colonos vizinhos. Essa era a situação inicial das comunidades. Sem serviços básicos - luz, água - sofrendo muita discriminação por causa do racismo e sem perspectivas de continuarem na terra, pequena, apertada e sem segurança fundiária. Não participavam dos espaços da agricultura familiar; muitos não tinham documentos, como carteira de identidade. Os jovens, quando podiam, saíam para as cidades para trabalhar, engrossando as estatísticas do êxodo rural e do crescimento das ocupações nas cidades. Não eram reconhecidos como comunidades, mas como um grupo de mão de obra barata e disponível na área rural. Em termos mais amplos, eram simplesmente invisíveis. Não se falava da existência de comunidades negras na região⁴.

Essa citação diz respeito às comunidades do território Sul do Rio Grande do Sul. Nela percebemos a precária condição de vida desses sujeitos, e que práticas muito incipientes têm sido desenvolvidas para superar os recorrentes problemas desses povos. Mostra também a invisibilidade desses povos e a necessidade de se trabalhar a autoestima, identidade e respeito, bem como da valorização do conhecimento tradicional.

No município de São Lourenço do Sul temos as Comunidades: (1) Quilombola da Picada; (2) Comunidade Quilombola Rincão das Almas; (3) Comunidade Quilombola Monojolo; (4) Comunidade Quilombola Torrão e (5) Comunidade Quilombola Coxilha Negra e (6) Boqueirão. Conforme publicação do Centro de Apoio ao Pequeno agricultor (2010), a Comunidade quilombola Picada fica no 3º distrito de São Lourenço do Sul-RS, na localidade de Santa Tereza. É composta por 17 famílias, que dividem uma área de 55 hectares. A comunidade de Rincão das Almas está localizada no 5º distrito do Município de São Lourenço do Sul-RS, composto por 70 famílias. Ocupa uma extensão de 50 hectares de terra.

³ KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p. 736.

⁴ DUTRA, Maria Vanessa Fonseca. *Direitos Quilombolas: Um estudo do impacto da cooperação ecumênica*. Rio de Janeiro: KOINONIA, 2011, p. 74.

O quilombo Monjolo está localizado em Campo Quevedos, 7º distrito do município de São Lourenço do Sul-RS, agregando 25 famílias em uma área de 30 hectares. A comunidade quilombola Vila Torrão está localizada no Canta Galo, 7º distrito do Município de São Lourenço do Sul-RS, composta por 19 famílias que vivem em uma área de 7 hectares. Coxilha Negra está localizada no 6º distrito do município de São Lourenço do Sul agregando 30 famílias em 55 hectares de terra, sendo 30 hectares com títulos.

Cabe destacar aqui que o conceito “Quilombo”, trata-se do conceito de etnogênese como oposição ao etnocídio dos diversos grupos étnicos que compões o todo e não se refere apenas a um local geograficamente definido, historicamente “documentado” e arqueologicamente “escavado”⁵. Ele designa um processo de trabalho autônomo, livre da submissão dos grandes proprietários. Não delimitado por um território e isolado apenas, mas capaz de se reverter domínios fundiários reconhecidos pela Lei de Terras de 1850⁶. Quilombo é um conceito próprio dos africanos bantos que vem sendo modificados através de séculos, “acampamento guerreiro na floresta”, sendo entendido em Angola como “divisão administrativa”, indicando uma reação guerreira e uma situação opressiva⁷.

Os estados brasileiros que se destacam pela concentração de comunidades quilombolas são: Maranhão, Minas Gerais, Bahia e Pará. Conforme Maria Vanessa Fonseca Dutra⁸ “a existência de quilombos contemporâneos é uma realidade latino-americana. Tais comunidades são encontradas em países como a Colômbia, Equador, Suriname, Honduras, Belize e Nicarágua”. Estima-se que no Brasil há cerca de três mil comunidades quilombolas. As comunidades quilombolas encontram-se em sua maioria em zonas rurais, mas existem comunidades na zona urbana.

Como se percebe há um vasto campo de estudos no que diz respeito aos quilombos do Município de São Lourenço do Sul, e cerca de 161 famílias quilombolas para conhecermos, dialogarmos e pensarmos juntos/as sobre formas de superação de seus problemas.

Lutas, Resistências x Silenciamentos e Invisibilidade

⁵ ARRUTI, José Maurício P. *Mocambo: Antropologia e História do processo de formação Quilombola*. Bauru: EDUSC, 2005.

⁶ LINHARES, Luis Fernando do Rosário. *Comunidade Negra Rural: um velho tema, uma nova discussão*. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/artigodomes>>. Acesso em: Setembro/2014.

⁷ LEITE, Ilka Boaventura. *Quilombos e quilombos: cidadania ou folclorização*. Horizontes Antropológicos/UFRGS. IFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Ano 1, no. 1 (1995). Porto Alegre: PARGAS, 1999.

⁸ DUTRA, 2011, p. 16.

A importância deste projeto para nós da comunidade quilombolas daqui da cidade de São Lourenço do Sul RS é de suma importância. Encontros como esse mostram nossas tradições, nossos costumes, muitas vezes esquecidos pela comunidade. Somos lembrados nestas datas que se comemoram o dia da consciência negra - 20 de novembro.⁹

Partindo da fala da estudante quilombola buscamos deixar claro a essência desse trabalho, pois ouvir os ecos desses povos remanescentes significa escutar sua história, conhecer sua gente, o seu povo, e ouvir o que eles e elas tem a nos ensinar, em um movimento simbiótico, capaz de provocar uma ação, que busca a superação do silenciamento e ocultamente desses povos. Chamamos de ecos, pois queremos ouvir aquilo que eles falam e “gritam” nos Quilombos. Queremos ouvir suas músicas, suas danças, conhecer sua culinária, o seu artesanato e contribuir para que esses ecos se transformem em vozes que dão visibilidade para os povos.

Sabemos que os desafios são grandes, mas que estamos inseridos/as em uma cidade que possui comunidades Quilombolas, e é nosso compromisso, enquanto professores/as, pesquisadores/as, e estudantes da Universidade Federal do Rio Grande - FURG dialogar e buscar formas de superação dos problemas que essas comunidades quilombolas enfrentam em seu cotidiano. Dessa forma, não queremos que esse projeto faça parte de práticas que ocorram apenas em decorrência do Dia da Consciência Negra, mas queremos lembrar a Comunidade Acadêmica e geral que esses povos existem, e que precisamos olhar mais para eles.

O marco do reconhecimento da existência dos quilombos no Brasil se deu em 1988, mas isso não significa que hoje são povos reconhecidos em seu cotidiano. Vejamos a fala de uma jovem quilombola, do Município de São Lourenço do Sul, residente do Quilombo da Coxilha Negra:

O povo negro ainda nos dias atuais é muito discriminado, o racismo ainda é grande, não aparece com grande força que realmente tem porque ele muitas das vezes é velado. E isto tudo é muito triste, para um país onde mais da metade da população é mestiça, há um grande caminho pela frente para percorrer em busca da igualdade racial e social.¹⁰

Não é novidade que muitos são os desafios, podemos destacar a valorização, reconhecimento de sua identidade, valorização de sua cultura, estima e autoconfiança, sem

⁹ Adriana da Silva Ferreira - Estudante Quilombola do Curso Licenciatura do Campo.

¹⁰ Adriana da Silva Ferreira-Estudante Quilombola do Curso Licenciatura do Campo.

falar na questão fundiária, visto que as áreas que as comunidades quilombolas ocupam hoje são áreas muito limitadas, cercada na sua maioria por grandes fazendeiros e os/as agricultores/as familiares pomeranos, povos que também possuem um histórico de lutas e resistências.

O povo negro é um povo muito forte só que ele ainda não se deu por conta. Nós, povo negro também devemos nos conscientizar. Não ficarmos mais calados em frente a tantas injustiças e aos constrangimentos racistas que seguidamente toleramos, devemos dar um basta a tudo isto. E não ficarmos somente indignados quando a mídia mostra algum flagrante que algum famoso sofreu. E sim devemos indignarmos e se conscientizar mediante a pobreza do nosso país que em sua maioria é negra, visto que grande parte das pessoas que vivem nas favelas são de origem negra que muitas das vezes se tornam traficantes, se prostituem, abarrotam os presídios. Em vez de estarem estudando e tendo uma vida honesta e não vivendo flagelados na miséria, sem esperança de que não tem mais opções melhores para se viver. Quando nós negros nos unirmos de verdade em busca de reformas, e mais conhecimentos, colocaremos em prática nossos direitos, veremos que ninguém mais pisará sobre nós e daremos um basta ao racismo e a desigualdade racial.¹¹

Dutra¹² conta que tanto os quilombolas como as equipes da Fundação Luterana de Diaconia e do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) afirmaram que: “A discriminação e o racismo são um problema real na região e relataram vários episódios ilustrativos de atitudes discriminatórias e racistas. Com isso, a autoestima das pessoas e das comunidades negras estava muito baixa [...]”.

As bonecas negras como instrumento de empoderamento da população negra

Muitas vezes, a identidade negra é perdida desde a infância, pois meninas e meninos negros/as não possuem acesso a bonecas/os de sua cor para brincar. E isso se dá por diferentes motivos, dentre eles o fato de até pouco tempo não existir bonecas negras a venda no comércio e se existia o valor era bem maior do que as bonecas brancas.

As crianças precisam ter brinquedos como referencial da sua identidade, e que sejam capazes de fortalecer a sua própria autoestima. Como uma criança poderá se identificar com uma boneca branca se ela é negra; como que ela poderá criar a sua identidade, sua sabedoria ancestral, a sua autoestima? Se com uma boneca branca ela não percebe nem um traço de seu verdadeiro pertencimento, uma característica muito comum que se vê nas adolescentes é alisarem seus cabelos e isso já não é um vestígio de não ter

¹¹ Adriana da Silva Ferreira-Estudante Quilombola do Curso Licenciatura do Campo.

¹² DUTRA, 2011, p. 73.

tido em sua infância uma abordagem mais significativa a respeito de sua cultura, sua raça será que estas adolescentes que se alisam estão percebendo o mundo de fato como é?

As bonecas negras são tão importantes quanto os livros de infância que contam as histórias de povos negros, e constam personagens negros, contos de matriz africana, entre outros. Acreditamos que tais práticas contribuem no comprometimento com suas identidades, visto que ainda hoje, vemos poucas negras ou negros com seus cabelos soltos, ou trançados ou sem nenhuma química, ou ainda mulheres usando turbantes nas ruas. Aprender sobre a cultura dos povos negros pode ajudar a libertar de tanta ignorância e preconceitos.

Os estereótipos de corpos brancos reforçam a pouca autoestima e a sua exclusão. Muitos crescem sem se ver como mulheres negras e homens negros, sem conhecer suas origens e valorizar culturas e antepassados.

A idéia de bonecas negras de pano vem como um resgate de poder se trabalhar no quilombo com as mulheres quilombolas a sua identidade, seu auto reconhecimento, e também para que elas possam agregar renda por meio deste trabalho. A oficina de bonecas negras contribui para pensar os problemas da população negra e o não conhecimento das comunidades quilombolas, bem como a respeito de políticas públicas para a população negra.

Considerações Finais

Através do processo educativo, cultural e científico buscou-se criar estratégias que envolvam de forma indissociável o ensino e a pesquisa de forma que viabilize a relação entre Universidade e Sociedade. Com essa relação, que é de suma importância, busca-se desvelar alguns pré-conceitos com relação aos povos afrodescendentes, bem como trazer para a cena a cultura e a história desses povos, que fortalecidos com a Lei de nº 10.639/2003 estão tendo uma maior visibilidade nos espaços escolares. Mesmo se tratando de uma Lei que obriga o estudo da Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos diferentes níveis de ensino, sabemos que os desafios são muitos, especialmente nos cursos de formação de professores do campo e diferentes licenciaturas.

Durante muito tempo esse tema não era estudado de forma crítica nos cursos de formação de professores, não sendo possível esperar que o/a indígena e o/a negro/a não fosse retratados/as de maneira estereotipada e muitas vezes preconceituosa. Hoje temos

disciplinas sobre a história e a cultura indígena e afro-brasileira em cursos superiores, encontramos alguns cursos de pós-graduação sobre educação, diversidade e culturas indígenas, mas ainda temos muito o que discutir sobre esse tema até aprendermos como discutir, incluir e problematizar o estudo dessas culturas nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. De uma coisa não temos dúvida: é preciso arriscar, levar para a sala de aula a realidade desses povos, promover encontros com a diversidade no âmbito escolar; proporcionar o diálogo, a escuta, pois é dessa maneira que nossa educação conseguirá prezar pelas leis de nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e a de nº 11.645, de 10 de março de 2008.

Demorou algum tempo para haver uma alteração na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afrobrasileira e as culturas indígenas”. Não é apenas para cumprir as leis referidas que devemos problematizar e incluir o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígenas em salas de aula. Esse tipo de prática faz parte de uma educação voltada para a cidadania e o respeito pelas diferenças. Podemos citar como exemplo de cidadania aplicando a essas questões a oportunidade de dar voz a representantes de comunidades indígenas no âmbito escolar. Trazer sua cultura, estudá-la, vivenciá-la com respeito tem um caráter humanizador, na perspectiva de uma educação dialogada, em tempos que vemos poucos diálogos até mesmo entre seus pares.

Conhecer a luta dos negros e indígenas no Brasil, a história dos negros e dos indígenas, problematizar a cultura negra-brasileira e indianista e a importância de ambos na formação da sociedade brasileira é o mínimo que temos que ver em nossas escolas. No entanto, o resgate da contribuição desses povos nas áreas social, econômica e políticas na História do Brasil chega de forma estereotipada e repleta de preconceitos. Ainda são poucos educadores e educadoras que incluem os conteúdos referentes à história desses povos e suas culturas no currículo escolar. Ainda pensa-se que algumas áreas específicas devem se preocupar com essas questões. Essa talvez seja uma brecha que a lei deixa para que ainda se pense que esse assunto não é problema para todas as disciplinas. O parágrafo 2º da lei de nº 11.645, de 10 de março de 2008 diz que “os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras”.

Muitos docentes, acomodados nas suas especificidades acreditam que essa inclusão não diz respeito a sua área, por isso ainda vemos essas questões sendo trabalhadas isoladamente e não de maneira interdisciplinar.

Em cursos de formação pedagógica escutamos relatos de que no dia do índio e no dia 20 de novembro (Dia da Consciência Negra) instituições ainda obrigam a fazer alguma atividade relacionada às respectivas datas e registrar no diário de classe para cumprir a lei. Esse tipo de solução para o cumprimento da lei pode acarretar danos ainda maiores na formação de crianças, adolescentes e jovens no que diz respeito aos seus conhecimentos dessas culturas, por isso a importância de especialização e estudos por parte de quem educa, acerca das culturas indígenas e afro-brasileiras.

O dia da consciência negra e/ou o dia do índio, deve ser lembrado sim, mas essas datas devem fazer parte de uma proposta de currículo e institucional que valoriza esses povos e suas culturas. Estando uma vez esses temas, contextualizados na perspectiva de gênero, índices de violência e de desigualdades, por exemplo, incluídos no cotidiano escolar, a educação estará contribuindo para além de um currículo escolar que inclui a diversidade, mas uma sociedade com conhecimentos históricos capazes de interferir na realidade social dessas pessoas.

Referências

ARRUTI, José Maurício P. *Mocambo: Antropologia e História do processo de formação Quilombola*. Bauru: EDUSC, 2005.

BRASIL. *Lei nº 11.645 (2008)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: setembro, 2014.

_____. *Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: setembro/2014.

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: Dezembro/2014.

CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR (CAPA). *Revelando os quilombos no Sul*. Pelotas: Centro de apoio ao Pequeno agricultor, 2010.

DUTRA, Maria Vanessa Fonseca. *Direitos Quilombolas: Um estudo do impacto da cooperação ecumênica*. Rio de Janeiro: KOINONIA, 2011.

FERREIRA, Adriana da Silva. *Acervo pessoal do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e indígena da Universidade Federal do Rio Grande*. Campus de São Lourenço do Sul. 2015.

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. In: *Saúde & Sociedade*. São Paulo: vol. 18, no. 4, p. 733-743, 2009.

LEITE, Ilka Boaventura. *Quilombos e quilombos: cidadania ou folclorização*. Horizontes Antropológicos/UFRGS. IFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Ano 1, no. 1 (1995). Porto Alegre: PAPGAS, 1999.

LINHARES, Luis Fernando do Rosário. *Comunidade Negra Rural: um velho tema, uma nova discussão*. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/artigodomes>> . Acesso em: Setembro/2014.